

SINTESE DO DIAGNÓSTICO

TERRITÓRIO DE PAZ – RESTINGA

PORTO ALEGRE

2010/2011

REALIZAÇÃO:



DIAGNÓSTICO LOCAL TERRITÓRIO DE PAZ RESTINGA - PORTO ALEGRE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este documento apresenta uma síntese do diagnóstico realizado no âmbito das atividades do projeto “Economia Solidária na Prevenção à Violência no RS” para ações do Território de Paz da Restinga que foi um dos Territórios de Paz escolhido para execução do PRONASCI em Porto Alegre.

O diagnóstico foi realizado simultâneo as ações de mobilização comunitária e articulações com os organismos públicos do município, através de reuniões, conversas, informações prestadas pelos órgãos e diferentes pesquisas.

2. O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre iniciou seu povoamento por colonização a partir de 1732 e foi um dos quatro municípios iniciais do Rio Grande do Sul. Constituí-se como município em 1808, sendo reconhecido apenas em 11 de dezembro de 1810. Teve como nomes anteriores: Porto do Dorneles, Porto do Viamão, Porto de São Francisco dos casais, Porto dos Casais e Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre. Sua População Total Estimada em 2008 era de 1.438.830 habitantes. Ocupa uma área de 496,8 km², o que comparado com a estimativa populacional de 2008 lhe confere uma Densidade Demográfica de 2.896,0 hab./km². A Taxa de Analfabetismo segundo dados do Censo de 2000 é de 3,45 %. Ainda segundo dados do Censo de 2000, o município possui uma Expectativa de Vida ao Nascer 71,59 anos. O Coeficiente de Mortalidade Infantil (2007): 11,90 por mil nascidos vivos. O PIB per capita em 2007 estava na faixa dos R\$ 23.534.

Na sua composição étnica, Porto Alegre tem 82% de brancos, descendentes de várias partes da Europa (principalmente alemães, italianos, poloneses, russos, além, é claro, portugueses e espanhóis, entre outros); 8% de mestiços, devido à miscigenação negra e índios e até entre os três grupos; 8% de negros descendentes de ex-escravos; e uma minoria de asiáticos, inferior a 2%.

Sobre a dinâmica populacional estimada em 2008 por faixas etárias, apontamos três constatações importantes. A primeira delas refere-se ao público jovem entre 15 e 24 anos que em Porto Alegre representa 16,33% da população; ou seja, quase 235 mil pessoas em números absolutos. A segunda constatação é a população com menos de 35 anos, que segundo

dados do DATASUS, é a principal vítima de homicídios. A população com menos de 35 anos representa 54,43% do total da população de Porto Alegre, ou seja, mais da metade da população da cidade tem menos de 35 anos. Na faixa dos 15 aos 34 anos situam-se 473,7 mil pessoas, o que representa 32,92% da população. A terceira constatação é sobre a população em idade de trabalho. Se considerarmos a faixa entre 15 a 64 anos, teremos 69,38% da população. Se considerarmos que 54,43% da população tem menos de 35 anos diagnosticou o que alguns especialistas denominam de Bônus Demográfico.

Na análise total da população de Porto Alegre referente ao gênero, percebemos uma composição de 53,12% de mulheres ante 46,88% de homens. É uma diferença bastante significativa, no entanto, estes dados tornam-se ainda mais interessantes se compararmos a dinâmica de gênero por faixa etária. Até os 30 anos, temos em Porto Alegre uma pequena superioridade do número de homens que chegam 51,01% ante 48,99% de mulheres.

Em torno dos índices de Desenvolvimento Humano e Social de Porto Alegre, apresentamos dados referentes ao Índice de Desenvolvimento Sócio Econômico (IDESE) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no período de 1991 a 2006. Percebemos uma evolução quase que constante dos Índices do IDESE em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul no período analisado. Também diagnosticamos que o IDESE em Porto Alegre de 0,832 é bem melhor que a média estadual que é de 0,763. Contribui para esta melhor colocação especialmente os indicadores de saneamento que são bem melhores em Porto Alegre do que na média estadual. Nos dados do IDH em Porto Alegre no período de 1980 a 2000 percebe-se também uma melhoria quase que constante e significativa deste índice. Os dados do IDESE e IDH contrastam em alguma medida com a afirmação sobre as raízes sócio-econômicas do crescimento dos indicadores de violência, criminalidade e homicídios, uma vez que, segundos os índices, as condições sócio-econômicas tiveram uma melhoria significativa e os indicadores de violência, criminalidade e homicídios tiveram uma piora (ou elevação) constante nos últimos anos em Porto Alegre. No entanto, a análise do Índice de Vulnerabilidade Social de Porto Alegre percebe-se uma desigualdade social ainda acentuada e uma regionalização dessa desigualdade. O estudo Mapas e Indicadores das Vulnerabilidades Sociais produzido, em 2007, pela Fundação de Assistência Social da Prefeitura de Porto Alegre, apresenta uma classificação dos Bairros de Porto Alegre segundo o Índice de Vulnerabilidade Social, composto por oito indicadores: 1) % de domicílios com abastecimento de água não adequado; 2) % de domicílios com esgotamento sanitário não adequado; 3) % de domicílios sem banheiro nem sanitário; 4) % responsáveis por domicílio

com renda até 1 salário mínimo; 5) % responsáveis por domicílio com renda até 2 salário mínimo; 6) % de pessoas de 0 a 14 anos; 7) % de responsáveis por domicílio com menos de 4 anos de estudo; 8) % de mulheres responsáveis por domicílio analfabetas. A base de dados utilizados é o Censo de 2000.

Na análise dos Indicadores de Vulnerabilidades Social percebe-se que os Territórios de Paz de Porto Alegre estão em Bairros e Regiões de alta vulnerabilidade social. No ranking das piores situações os Territórios de Paz aparecem da seguinte forma: 8ª Pior Situação - Lomba do Pinheiro (IVS 0,463); 12ª Pior Situação – Bom Jesus (IVS 0,512); 14ª Pior Situação – Restinga (IVS 0,541); 16ª Pior Situação – Santa Tereza (IVS 0,560); 48ª Pior Situação – Medianeira (IVS 0,877). Dois esclarecimentos são importantes: o primeiro é que Porto Alegre é conformado por 82 Bairros no total. O segundo esclarecimento é que os Bairros Santa Tereza e parte da Medianeira formam o Território de Paz da Cruzeiro. Apesar de Porto Alegre ter um IDESE e um IDH considerados bons, existem grandes desigualdades entre os Bairros e Regiões. São nestes espaços de alta vulnerabilidade social que os indicadores de violência, criminalidade e homicídios também são mais sentidos.

Na aproximação a dinâmica política e administrativa de Porto Alegre, percebemos que a cidadania desenvolveu nas últimas duas décadas um intenso processo de participação popular e controle público sobre a Administração Municipal. Foi uma das cidades que mais resistiu ao desmonte neoliberal do Estado e preservou um espaço central para o exercício da arte da política. O município de Porto Alegre foi governado por 16 anos (1989-2004) pelo Partido dos Trabalhadores que desenvolveu uma importante experiência de democracia participativa assentada no Orçamento Participativo, Planejamento Participativo e culminou com a realização de quatro Congressos da Cidade que discutiam na plenitude as diretrizes gerais e integradas da administração pública. O conjunto destas experiências foi projetado ao mundo a partir da realização do Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, no ano de 2001.

Desde a consolidação da abertura política que culmina com a Constituição de 1988, Porto Alegre foi administrada por quatro Partidos Políticos: Alceu de Deus Collares – PDT (1986 a 1988); Olívio de Oliveira Dutra – PT (1989 a 1992); Tarso Genro – PT (1993 a 1996); Raul Pont – PT (1997 a 2000); Tarso Genro – PT (2001 a 2002); João Verle – PT (2002 a 2004); José Fogaça – PPS (2005 a 2008); José Fogaça – PMDB (2009 a 2010); José Fortunati – PDT (2010 a 2012).

A administração atual é resultado de uma coalizão partidária integrada pelo PMDB, PDT, PTB e PSDC. Em 2010, o Prefeito José Fogaça (PMDB) renuncia para

concorrer ao governo do Estado e em seu lugar assume José Fortunati (PDT). Esta mudança tem algumas implicações sobre a dinâmica da administração, uma vez que, o PMDB do Rio Grande do Sul sempre manteve um posicionamento crítico em relação ao Governo Federal, enquanto o PDT está afinado com a perspectiva dos projetos nacionais. A expectativa que essa alteração inicie um ciclo de maior cooperação entre os entes federados.

A política de segurança na Prefeitura de Porto Alegre é coordenada pela Secretária Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana (SMDHSU), criada em 2001. A articulação das ações do PRONASCI junto a administração pública de Porto Alegre é realizada pelo setor Coordenação de Planejamento e Projetos da SMDHSU. Sua coordenação é realizada pela Socióloga Beatriz Morem da Costa que também é responsável pela coordenação do GGIM.

Em 2003 foi criado o Conselho Municipal de Justiça e Segurança de Porto Alegre (COMJUS/POA) que está sendo alterado pela Lei Complementar Nº010/2009. Atualmente, o sistema municipal de proteção é composto pelo COMJUS e mais 17 Fóruns Regionais de Justiça e Segurança, que por sua vez, articulam-se via os Conselhos Comunitários nos espaços das comunidades, grupos ou associações de moradores. Dentre outras competências delegadas pelo COMJUS, o papel destes FRJS é “Aprimorar as relações entre o município e as comunidades organizadas em Conselhos Comunitários de Justiça e Segurança. Estimular a criação dos Conselhos Comunitários”.

Os mandatos do COMJUS são de dois anos e tem a seguinte composição: I - um representante da comunidade de cada Fórum Regional de Justiça e Segurança; II - um representante de cada órgão público que integra os Fóruns Regionais de Justiça e Segurança; III - um representante do Instituto Geral de Perícias (IGP); IV - um representante da Superintendência de Serviços Penitenciários (SUSEPE); V - um representante da Defensoria Pública; VI - um representante da Câmara de Vereadores; VII - um representante da União das Associações de Moradores de Porto Alegre (UAMPA); IX - um representante da Ordem dos Advogados do Rio Grande do Sul (OAB/RS); X - um representante da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); XI - um representante da Polícia Federal; XII - um representante da Associação Rio-grandense de Imprensa (ARI); XIII - um representante da Secretaria Municipal da Educação (SMED); XIV - um representante da Secretaria de Educação do Estado do Rio Grande do Sul (SEC/RS); XV - um representante da Central de Movimentos Populares; XVI - um representante do Grupo de Diálogo Inter-religioso.

Apesar de toda a cultura de participação no planejamento e controle das políticas públicas desenvolvidas pelo Orçamento Participativo, Congressos da Cidade, Conselhos e Fóruns de Participação, a definição dos quatro Territórios de Paz e os seus projetos iniciais, não foram construídos no âmbito do COMJUS e nem mediante a participação das comunidades envolvidas. Foi uma definição unilateral da Prefeitura de Porto Alegre a partir de uma consulta à Brigada Militar e Polícia Civil. Este fato gerou um tencionamento entre as entidades que integram o COMJUS e a Administração Pública. Da mesma forma, não estimulou num primeiro momento o engajamento e comprometimento das lideranças comunitárias na construção das políticas e ações do PRONASCI nos Territórios. Este processo começou a ser alterado a partir de uma pressão do COMJUS e do debate ampliado que envolveu a representação do Ministério da Justiça no Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre. O fato que marca um novo período na formulação e execução dos projetos do PRONASCI neste município se dá com a realização do Seminário “O COMJUS e a política de Segurança em Porto Alegre” realizado nos dias 18 e 19 de dezembro de 2009. Neste Seminário foi criado um Grupo de Trabalho que ficou responsável por desenvolver um roteiro para o Ciclo de Construção do PRONASCI 2010 em Porto Alegre. Este roteiro apresenta um passo a passo para elaboração, apresentação e aprovação dos novos Projetos pelos Fóruns Regionais de Justiça e Segurança.

Ainda na área da segurança pública, a Prefeitura de Porto Alegre conta com a Guarda Municipal, instituição centenária criada em 1892. Ao longo da história, seu papel era majoritariamente dirigido para proteção do patrimônio público. Com a criação da SMDHSU em 2001, também inicia o debate sobre a reformulação da Guarda Municipal que passaria a atuar na proteção social, na prevenção a violência e no patrulhamento externo, especialmente das Praças e Parques públicos de Porto Alegre. Da mesma forma, com a criação da SMDHSU e o processo de crescimento da Guarda Municipal, esta começa a atuar junto a Assessoria comunitária e às Coordenações de Direitos Humanos e de Segurança Urbana. Como resultado, a Assessoria Comunitária da SMDHSU recebe uma equipe de sete guardas municipais, que atuam na coordenação e organização da sociedade, na perspectiva de enfrentar os problemas de segurança, cooperando na constituição e manutenção da sistemática de segurança dos Fóruns Regionais de Segurança e Conselho Municipal de Justiça e Segurança. Também a guarda municipal atua como gerente do Programa Vizinhança Segura a exemplo do responsável pelo Centro de Formação e Treinamento da Guarda Municipal. Neste processo de reestruturação da Guarda Municipal também se prevê: A criação da Ouvidoria e

da Corregedoria da Guarda Municipal, uma das exigências do Estatuto do Desarmamento. Uma última inovação da Guarda Municipal ocorre com o início do PRONASCI que, conforme parceria com a Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), Programa Nacional de Segurança com Cidadania – PRONASCI e Secretaria Municipal da Administração – SMA/ Escola de Gestão, prevê a criação de um Centro de Formação e Academia da GM para realização de cursos permanentes de qualificação do seu efetivo. A Guarda Municipal integra o COMJUS, os FRJS e acompanha o processo de execução das ações do PRONASCI nos Territórios de Paz. No entanto, não tem nenhuma estrutura especial e nem desenvolve ações específicas nos Territórios de Paz. Os A Guarda Municipal desloca uma parte do seu efetivo para realizar os trabalhos de Assessoria Comunitária em todas as regiões administrativas da cidade. São estes assessores os responsáveis por acompanhar o PRONASCI nos Territórios.

Na área da Economia Solidária, percebe-se um total desmantelamento das políticas voltadas à geração de trabalho e renda com base no associativismo autogestionário. O Departamento de Economia Popular Solidária da Secretaria Municipal de Indústria e Comércio foi extinto e, neste momento, não tem nenhum órgão ou gestor responsável por acompanhar e desenvolver ações nesta área.

O Programa Nacional de Segurança com Cidadania, criado pelo Ministério da Justiça (MJ) e lançado pela Presidência da República em agosto de 2007, está sendo implantado em Porto Alegre. A execução deste Programa teve início com a assinatura do Convênio de Cooperação Federativa nº 03/2007 firmado entre o Ministério da Justiça e a Prefeitura Municipal, em 06 de outubro de 2007. Com vigência até 31 de dezembro de 2011, o programa está centrado no jovem que se encontra em situação infracional ou no caminho de situação infracional, destacadamente os seguintes segmentos sociais da juventude: adolescentes em conflito com a lei, jovens oriundos do serviço militar obrigatório, jovens presos, jovens egressos do sistema penitenciário e jovens em situação de descontrole familiar grave.

O PRONASCI prevê a criação e desenvolvimento de quatro Territórios de Paz em Porto Alegre: a) Território de Paz da Bom Jesus; b) Território de Paz da Lomba do Pinheiro; c) Território de Paz da Cruzeiro e; d) Território de Paz da Restinga. Conforme informações da Prefeitura Municipal sobre o PRONASCI em Porto Alegre, a definição, os critérios e os indicadores utilizados para definição dos quatro Territórios de Paz seguiram o seguinte ritual: Em dezembro de 2007, a SMDHSU, órgão gestor da política municipal de segurança urbana,

selecionou os locais de maior risco à violência letal e criminalidade em Porto Alegre para a implantação do Programa Territórios da Paz. As áreas de intervenção social do programa foram identificadas com base nos critérios de taxas de homicídios da população de 15 a 24 anos, percentual de adolescentes atendidos pelo Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A definição dos bairros e regiões realizada pela SMDHSU teve a concordância da Brigada Militar e Polícia Civil de que representam as áreas de maior risco da cidade. O indicador utilizado internacionalmente para detectar os locais de maior incidência de violência letal foi utilizado pela SMDHSU para selecionar essas áreas: os óbitos causados por agressões com intenção determinada. Calcularam-se as taxas médias de homicídios registradas no período 2000-2006 por meio dos registros desagregados por bairros do Sistema de Informação da Mortalidade processados pela Secretaria Municipal de Saúde.

O Convênio de Cooperação Federativa estabelece a execução de ações nas seguintes áreas, cada uma delas dependente de instrumento apropriado: 1. Instalação com garantia de pleno funcionamento do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M; 2. Elaboração e implementação do Plano municipal de segurança pública; 3. Formação continuada da guarda - municipal; 4. Estruturação e implementação do Conselho/ Fórum Municipal de Segurança Pública e de Conselhos/ Fóruns Comunitários de Segurança Pública; 5. Garantia através de medidas de urbanização e recuperação de equipamentos os chamados espaços públicos seguros; 6. Promoção dos direitos humanos, considerando as questões de gênero, étnicas, raciais, orientação sexual e diversidade cultural; 7. Compartilhamento das informações necessárias para a execução do programa; 8. Garantia de infra-estrutura e apoio logístico ao Programa; 9. Compartilhamento das ações de política social e de segurança nas áreas conflagradas; 10. Mobilização dos mecanismos de comunicação e informação para incentivo à participação social e divulgação do Programa; 11. Priorização e implementação, em consonância com o MJ, com os ministérios parceiros e com o governo do estado a execução dos Programas: Território de Paz, Integração do Jovem e da Família e Segurança e Convivência; 12. Instituição de mecanismos que garantam a conscientização e o acesso das comunidades e dos jovens ao Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC), através dos Programas Canal Comunidade, Monitoramento Cidadão e Geração Consciente; e 13. Implementação, nas políticas municipais de segurança pública, ações garantidoras dos direitos das mulheres vítimas de violência.

Conforme indicado no primeiro objetivo, a Prefeitura ficou responsável pela criação de um Gabinete de Gestão Integrada Municipal (GGIM). Em Porto Alegre, o GGIM

foi instituído e regulamentado pelo DECRETO Nº 15.960, de 11 de junho de 2008. O Artigo 5º do GGIM define seu funcionamento que terá a seguinte estrutura: I – Pleno GGIM, instância superior e colegiada com funções de coordenação e deliberação, presidida pelo Prefeito de Porto Alegre ou seu representante legal, o Secretário Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana; II – Secretaria Executiva, responsável pela gestão e execução das deliberações do GGIM e pela coordenação das ações preventivas do PRONASCI. Parágrafo único. A Secretaria Executiva do Grupo de Trabalho de que trata este Decreto será exercida por técnico lotado na Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana; III – Observatório de Segurança Urbana com funções de organizar e analisar os dados sobre a violência e a criminalidade local, a partir das fontes públicas de informações e de monitorar a efetividade das ações de segurança pública no município; IV – Estrutura de formação em direitos humanos e segurança urbana, organizada através de telecentros implantados ou desenvolvidos com o apoio do Ministério da Justiça; V – Sistema de vídeo monitoramento integrado com a Secretaria de Segurança Pública, que será implementado ou desenvolvido com o apoio do Ministério da Justiça; VI – O GGI-M deverá interagir com os fóruns municipais e comunitários de segurança urbana no intuito de constituir política municipal preventiva de segurança pública.

Quanto à composição do GGIM, o Decreto Lei indica no Art. 3º os seguintes órgãos: I – Gabinete do Prefeito; II – Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico; III – Secretaria Municipal de Governança Local; IV – Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana; V – Secretaria Municipal da Saúde; VI – Secretaria Municipal da Juventude; VII – Secretaria Municipal de Educação; VIII – Fundação de Assistência Social e Cidadania; IX – Secretaria de Mobilidade Urbana; e X – Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer. O Art. 4º O GGIM tem assegurado, na sua composição, a participação dos seguintes órgãos e instituições que atuam no município: I – Polícia Civil; II – Polícia Militar; III – Polícia Federal; IV – Polícia Rodoviária Federal; V – Corpo de Bombeiros; VI – Ministério Público Estadual; VII – 3ª Vara da Infância e da Juventude; VIII – Defensoria Pública IX – Conselho Municipal de Justiça e Segurança; X – Conselho Municipal dos Direitos Humanos; e XI – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Pelo acompanhamento da dinâmica de execução do PRONASCI em Porto Alegre, percebe-se uma grande dificuldade no funcionamento efetivo do GGIM. No dia 28 de maio de 2010, o Escritório do PRONASCI no RS convocou uma reunião estadual para

apresentação do Projeto Economia Solidária na Prevenção à Violência executado pela OSCIP Guayí. Para esta reunião foram convocados os representantes dos GGIM's e o conjunto da equipe da CESCOP para apresentarem os resultados iniciais e a situação dos Territórios de Paz em todos os municípios. Nesta reunião não teve participação dos representantes do GGIM de Porto Alegre. Até o momento, não foi possível realizar a Audiência com o Prefeito de Porto Alegre para informar da execução do Projeto por parte da Guayí. Em decorrência disso, também não foi realizada a reunião com o GGIM para apresentar e discutir a execução do Projeto em Porto Alegre. Entendemos que estes são alguns dos indicadores da dificuldade em executar o PRONASCI neste município.

A seguir apresentamos um quadro com as ações e a situação dos projetos PRONASCI em andamento no município de Porto Alegre:

- GGI-M - Foi conveniado o valor de R\$ 891.631,23, o espaço físico para as reuniões do GGI-M e adquirir as câmeras de videomonitoramento. A sistematicidade das reuniões é mensal, mas pouco efetivas. Aquisição do mobiliário, mas estes não estão sendo utilizados por falta de espaço. O Telecentro está em funcionamento;

- FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL - O objetivo do projeto é dar capacitação e aperfeiçoamento para 48 guardas municipal por intermédio de contratação de Pessoa Jurídica e Física para ministrar curso preparatório para a atuação nos Territórios de Paz e fornecimento de material didático e de apoio. Compraram os equipamentos que estavam previstos no projeto;

- PELC - PROGRAMA DE ESPORTE E LAZER NA CIDADE - Elaboraram o projeto e firmaram convênio com o Ministério do Esporte. Foi aberto novo edital para contratação da pessoa jurídica já que na primeira ocasião os documentos apresentados não estavam de acordo. Estão realizando as compras e definindo os locais dos núcleos;

- REPOSIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E OFERECIMENTO DE OFICINAS CULTURAIS ESTUDIO MULTIMEIOS DA RESTINGA - Foi conveniado R\$ 139.587,49. O objetivo do projeto é realizar atividades culturais com 1.200 jovens de 15 a 24 anos, no turno inverso da escola e à noite, quando se constata o maior risco de envolvimento com a violência. Compraram os equipamentos, mas não tem nenhuma oficina acontecendo;

- MODERNIZAÇÃO DAS 11 AREAS OPERACIONAIS E AMPLIAÇÃO DO PATRULHAMENTO DA GUARDA MUNICIPAL. A proposta de modernizar as áreas operacionais e ampliar o patrulhamento realizado pela Guarda Municipal. A meta é ampliar o

patrulhamento nas áreas operacionais e melhorar as condições de trabalho. Aquisição dos equipamentos de informática, substituição de mobiliário sucateado, aquisição de armamento não letal e coletes balísticos. Os equipamentos foram adquiridos, faltando alguns itens que já estão sendo licitados;

- PRAÇA DA JUVENTUDE - Assinado contrato com a Caixa Econômica Federal. O projeto executivo está em desenvolvimento. Considerando que o município não cumpriu os prazos, a Praça da Juventude não foi efetivada e o município teve que devolver os recursos. A partir daí o município comprometeu-se a fazer uma praça à semelhança da praça da juventude com recursos próprios, cujas tratativas estão em andamento. A Praça esta destinada ao Território de Paz Bom Jesus;

- MULHERES DA PAZ - Foi conveniado o valor de R\$ 809.779,72. Seleção e capacitação de 320 mulheres com representatividade social comunitária, para participar de atividades de formação cidadã, dialogar e colaborar na organização dos jovens de sua comunidade. A execução ficou com a responsabilidade da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Urbana;

- PROTEJO - inclusão e proteção de 1000 jovens, entre 15 e 24 anos. O projeto é executado pela Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC .

Além das ações e projetos desenvolvidos através do Convênio de Cooperação Federativa entre Ministério da Justiça e Prefeitura de Porto Alegre, também é necessário destacar as seguintes ações: a) O Centro de Estudos Contemporâneos (CESCON) que realizou atividades de acompanhamento e fomento do PRONASCI nos Territórios de Paz de Porto Alegre. Das atividades desenvolvidas no período 2009/2010 temos poucas informações objetivas. As principais atividades que tivemos informação foram às reuniões de apresentação do PRONASCI nos Territórios de Paz, nos Fóruns Regionais de Justiça e Segurança, reuniões com as comunidades para informação sobre os diversos projetos e ações que integram o PRONASCI e orientação sobre o encaminhamento de demandas. b) O Projeto Economia Solidária na Prevenção à Violência teve início em junho de 2010 e as ações se estenderão até dezembro de 2011. O Objetivo geral deste projeto é desenvolver, nas regiões denominadas Território de Paz, processos voltados à geração de trabalho e renda, através do desenvolvimento de empreendimentos da economia solidária; aproximação à realidade do município e aproximação à realidade específica do Território de Paz. Conforme o cronograma previsto, buscamos realizar audiência com o Prefeito e gestores das áreas de Segurança,

Desenvolvimento Econômico, Economia Solidária, Assistência Social, Desenvolvimento Social e também junto ao GGIM e avançando na produção do Diagnóstico Sócio-Político do Município.

Quanto dinâmica da Violência em Porto Alegre, uma análise preliminar dos dados do DATASUS indica um crescimento quase que seqüencial dos Índices de Homicídios nesta cidade no período de 1997 e 2007, contrastando com a lógica nacional das capitais que indicam uma queda substancial do número de homicídios neste mesmo período. Mesmo só tendo dados disponíveis a partir de 2002 e apesar de apresentar números bem distintos, os indicadores de homicídios fornecidos pela Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul apontam a mesma tendência de crescimento do número de homicídios, especialmente a partir de 2007 e a sua estagnação num índice elevado nos anos seguintes de 2008 e 2009. Os dados indicam que o Rio Grande do Sul chegou ao pico dos homicídios no ano de 2008, enquanto que o pico de Porto Alegre foi em 2007. No entanto, em ambos os espaços os indicadores de homicídios mantém um patamar elevado e regular nos sete anos de análises. Estes dados apontam para uma necessidade de aprofundar as causas da manutenção elevada das taxas e índices de homicídios em Porto Alegre e no Rio Grande do Sul. Quais as causas que levam a explosão da taxa de homicídios em 2007?

Outra categoria de dados que denotam grande preocupação sobre a dinâmica da violência em Porto Alegre diz respeito às causas dos óbitos quando analisadas as faixas etárias. Uma primeira leitura indica uma concentração dos óbitos em decorrência de disparos de armas de fogo. Elas representam 91,64% das causas dos óbitos na população entre 10 e 29 anos. Esta informação permite retomar com força o debate sobre o desarmamento como estratégia eficaz de redução da violência. Outra informação preocupante é que os cidadãos em Porto Alegre começam a ser assassinados muito cedo. O número de homicídios na população com idade entre 10 e 29 anos representa 60,65% do total de homicídios. É particularmente preocupante que 18,35% do total de homicídios ocorram na população na faixa etária de 15 a 19 anos. Estes dados sugerem a necessidade do Projeto trabalhar fortemente com a população infanto-juvenil. Quanto à incidência dos homicídios segundo sexo das vítimas, os dados indicam 91,96% das mortes são de homens e apenas 8,04% são mulheres. Neste sentido, a violência se estrutura numa seletividade de gênero e exige um foco muito maior no atendimento do público masculino. Um dado curioso, é que na análise das causas dos óbitos do sexo feminino as armas de fogo são responsáveis por 61,36% das mortes, enquanto nas causas dos óbitos do sexo masculino elas respondem a 87,07% do total dos homicídios. A

segunda causa dos óbitos na população feminina decorre do uso de objetos cortantes ou perfurantes, representando 18,18%. Esta também é a segunda causa dos óbitos do sexo masculino, porém, representa apenas 4,56% do total. Conforme os dados populacionais, Porto Alegre tem 8% da sua população que se declara negra. Se analisarmos a taxa de homicídios percebemos que 18,71% tem como vítimas pessoas negras. Da mesma forma, a população parda que representa 8% da população participa com 12,76% na taxa de homicídios. Esta tendência se inverte quando analisamos os dados da população branca que corresponde a 82% do total de Porto Alegre, mas participa com 67,31% dos homicídios. Estes dados comprovam uma tendência seletiva dos processos de homicídios que proporcionalmente vitimam mais as pessoas negras e pardas que as brancas. Um dado curioso surge ao analisar os indicadores de homicídios segundo estado civil das vítimas. Os dados são do ano de 2007 e os dados indicam uma alta concentração dos homicídios no segmento das pessoas solteiras que totalizam 82% das vítimas. Este dado pode ser cruzado também com o sexo das vítimas no qual os homens participam com 92% dos homicídios. Isso indica que a parcela da população mais exposta à violência são homens, solteiros com idade entre 14 e 24 anos. Também permite analisar o papel do casamento e a constituição de laços familiares de socialização como estratégia de redução dos índices de violência letal. Outro elemento importante na análise preliminar dos dados de homicídios está relacionado ao local de ocorrência dos homicídios em Porto Alegre no ano de 2007. A primeira constatação é que 49,30% homicídios ocorrem em via pública. Provavelmente, grande parte dos óbitos que vieram a ocorrer nos ambientes hospitalares, seja resultante de agressões que tiveram origem em vias públicas. Estes dados indicam uma necessidade de abarcar um debate sobre os espaços públicos e suas dinâmicas de uso. Como tornar a rua mais segura? Como tornar as Praças e Parques espaços seguros? Este é um desafio que exige um debate envolvendo as comunidades. Apresentamos a seguir um panorama geral dos indicadores de criminalidade e violência a partir dos dados da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. Os dados referem-se especificamente ao município de Porto Alegre no período de 2002 a 2009. O que chama atenção nos dados é o baixo número de ocorrências envolvendo o tráfico e posse de entorpecentes em relação ao número total de ocorrências. Outro detalhe é que as ocorrências envolvendo entorpecentes são as únicas que mantiveram um índice de crescimento em relação aos outros tipos de ocorrências. Com base nestes dados pode-se supor uma intensificação do processo de criminalização do uso de drogas ou um aumento na circulação e uso dessas substâncias. A seguir traduzimos as tendências dos quatro principais tipos de ocorrências criminais em Porto Alegre no período de 2002 a 2009. Na análise mais atenta percebe-se uma pequena oscilação

negativa destas ocorrências a partir de 2008. O detalhe que chama atenção é a oscilação forte no número de furtos que chegam ao pico de 61.231 em 2003 e baixam para 35.841 em 2009. Por outro lado, as ocorrências de roubos que envolvem um contato direto entre agressor e vítima se mantiveram estáveis no período de 2002 a 2009.

Nos dois gráficos abaixo apresentamos a evolução dos homicídios em Porto Alegre, 2006 a 2010, tanto em relação ao número de ocorrências, quanto às taxas por cem mil habitantes, dados da SSP/RS:



A tabela a seguir apresenta os indicadores de Criminalidade no período de 2006 a 2010 conforme SSP.

Indicadores Criminais Porto Alegre - 2006 a 2010 (SSP)								
Indicadores	2006	2007	2008	2009	2010	Média 2006 - 2010	Média RS	%
Homicídio	275	442	418	359	362	371	1.583	23,45%
Furtos	44.390	46.295	44.690	35.880	34.293	41.110	205.568	20,00%
Furto de veículo	6.441	5.005	5.660	4.850	3.419	5.075	16.792	30,22%
Roubos	24.385	26.003	23.739	20.299	15.906	22.066	59.232	37,25%
Latrocínio	31	34	25	18	15	25	96	25,63%
Roubo de veículo	7.157	7.996	6.863	6.077	5.003	6.619	13.351	49,58%
Total	82.679	85.775	81.395	67.483	58.998	75266	296.622	25,37%
População (IBGE)					1.409.939	1409939	10.695.532	13,18%

Referente às informações do Sistema Prisional, observamos que o público prioritário do Projeto são os jovens egressos do sistema penitenciário ou que estejam cumprindo medidas no regime aberto e semiaberto e, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas no sistema FASE. As informações fornecidas pela assessoria jurídica do Projeto indicam que Porto Alegre se relaciona com a 9ª Região Penitenciária do Estado do Rio Grande do Sul. A estrutura do Sistema Prisional de Porto Alegre está composta da seguinte forma:

- Casas prisionais de regime aberto e semiaberto: Possui várias casas prisionais que são distribuídas ao longo da 9ª Região Penitenciária. Muitos presos estão em

Charqueadas, no complexo penitenciário que lá existe. Total aproximado de presos: 12.596. Desses, 1861 estão em casas de semiliberdade;

- O Conselho de Comunidade: O Conselho de Comunidade na área penitenciária possui dificuldade de atuação diante da complexidade dessa região;
- Vara de Execuções Criminais: Todos os contatos são feitos com a Vara de Execuções Criminais localizada em Porto Alegre (Foro Central). É dividida em dois juizados. Um juiz cuida dos processos pares e outro dos ímpares. Pode acontecer de presos com situações idênticas terem decisões diferentes em sede de execução, devido ao entendimento diferenciado do juiz que estiver com o processo (PEC);
- Peculiaridade: O Instituto Penal de Viamão é um Albergue que abriga presos da região de Porto Alegre.

A seguir apresentamos as Unidades Prisionais que integram a 9ª Região Penitenciária que se relaciona com Porto Alegre: Albergue Feminino de POA; Anexo Albergue Feminino de POA; Casa Albergado Padre Pio Buck; Colônia Penal Agrícola; Instituto Miguel Dario; Instituto Penal Escola Profissional Instituto Penal Mariante; Instituto Penal Viamão; Patronato Lima Drumond; Penitenciária Alta Segurança Charqueada; Penitenciária Estadual de Charqueada; Penitenciária Estadual do Jacuí; Anexo Penitenciária Estadual do Jacuí; Penitenciária Feminina Madre Pelletier; Penitenciária Modular de Charqueadas; Anexo Feminino Penitenciária Modular de Charqueadas; Penitenciária Modular Monte Negro; Modulo Feminino Montenegro; Presídio Central POA; Anexo Presídio Central POA. Identificamos que o público potencial para nosso Projeto situa-se na ordem de duas mil pessoas que estão no regime aberto ou semiaberto.

No que se refere ao Sistema FASE-RS, percebe-se que os municípios do Juizado de Porto Alegre, encontra-se com aproximadamente o dobro da média estadual de internações para cada 100.000 habitantes. Essa modificação é relativamente recente (em janeiro de 2006 havia 14,59 internos/100.000 habitantes da 1ª Regional do JIJ) e deve-se, principalmente, ao aumento do número de internos provenientes do município de Porto Alegre. Salienta-se que, dos 571 adolescentes da 1ª Regional do Juizado da Infância e da Juventude, 413 (72,33%) provêm da Capital. Esses números são semelhantes aos de 2007, o que aponta para a manutenção de uma realidade que vem se consolidando, após significativo crescimento dos internos da Capital desde janeiro de 2006, quando havia 285 internos de Porto Alegre na FASE-RS. Esse crescimento foi acompanhado de uma significativa redução do número de

internos de outras cidades, notadamente São Leopoldo. (FONTE: Assessoria de Informação e Gestão – FASE-RS – População do dia 06.10.2008) O aumento desproporcional do número de jovens procedentes de Porto Alegre, em comparação aos demais municípios, vem sendo observado desde 2001, ano em que iniciaram os levantamentos mensais sobre a procedência da população interna da FASE-RS. No período avaliado (2001 a 2008) houve aumento de 150% no número de adolescentes procedentes do município de Porto Alegre, ao passo que, nos outros 24 municípios que integram esse Juizado, o índice foi de 42%, significativamente inferior ao aumento geral da população da FASE-RS (64,3%). Os dados de maio de 2010 fornecidos pela Assessoria de Informação e Gestão da FASE indicavam um total de 1026 adolescentes cumprindo medidas de internação. Deste total, 595 adolescentes estavam cumprindo medidas nas Unidades da FASE de Porto Alegre. Destes 595 adolescentes, apenas 118 estavam cumprindo Internação com Possibilidade de Atividade Externa (ICPAE). Outro dado indica que em novembro de 2009, o município de Porto Alegre possuía um contingente de 283 adolescentes na FASE. Destes, 141 se relacionam com os bairros dos Territórios de Paz e estão distribuídos da seguinte maneira: Lomba do Pinheiro, 18 adolescentes; Bom Jesus, 25 adolescentes; Restinga, 37 adolescentes; Grande Cruzeiro, 61 adolescentes. Analisando a relação de gênero dos adolescentes com medidas de internação, percebe-se que 96,7% (992) são do sexo masculino e apenas 3,3% (34) do sexo feminino. Os dados revelam que 57,9% dos adolescentes com medidas de internação tem escolaridade igual ou inferior a 5ª série. Isto remete a uma associação direta entre escolaridade e atos infracionais. Outra possibilidade de análise remete para o acesso destes adolescentes ao mercado de trabalho, uma vez que possuem baixo grau de escolaridade. Esses dados desafiam a pensar estratégias de elevação da escolaridade como condição para superação das desigualdades e para uma capacitação para o trabalho. Por fim, indicamos os três principais tipos de atos infracionais cometidos pelos adolescente com medidas de internação: 1) Roubos (46,6%); 2) Tráfico de Entorpecentes (20,3%) e 3) Homicídios (11,1%). Outra informação que podemos extrair destes dados é que 65,7% dos atos infracionais cometidos por adolescentes envolvem contato direto entre vítima e agressor. Isso demonstra um alto grau de violência das infrações praticadas por adolescentes.

Na produção deste diagnóstico conseguimos detectar uma série de questões que merecem um debate coletivo para orientar as atuações. Também identificamos um conjunto de potenciais e limites para execução das ações previstas.

Principais limites:

- A ausência de um retorno do Gabinete do Prefeito de Porto Alegre sobre a marcação da reunião de apresentação do Projeto. Também percebemos pouca insistência por parte da Guayí em fazer com que esta agenda se efetive;
- Dificuldade em obter as informações sobre a execução do PRONASCI por parte da Prefeitura de Porto Alegre;
- Falta de uma gestão integrada da administração pública municipal leva a uma concentração da estrutura operacional na SMDHSU;
- Percebe-se uma falta de prioridade política na condução do PRONASCI em Porto Alegre. Isso acarreta uma morosidade na liberação de recursos das contrapartidas, não permite a elaboração de novos Projetos e ampliação das ações em andamento;
- Limitação de recurso humano, material e administrativo na execução do PRONASCI;
- Ainda não avançamos na Agenda com a FASE para a obtenção pública dos dados e para firmar parceria com a Secretaria de Justiça e Desenvolvimento Social. Não conseguimos avanços na obtenção dos dados mais detalhados da Secretaria de Segurança Pública, da Brigada Militar e da Polícia Civil. Também não conseguimos avançar na construção de uma dinâmica coletiva de produção e distribuição de dados específicos para cada município PRONASCI, especialmente os dados do DATASUS, Secretaria de Segurança Pública e da FASE;

Pontos positivos:

- A apresentação do Projeto ao COMJUS e nos FRJS e a boa acolhida que tivemos;
- A existência de fontes diversas de informação permitiu a produção de um amplo diagnóstico que perpassa diferentes áreas e temas que se relacione com o tema da prevenção à violência;
- A construção de uma metodologia coletiva para produção do diagnóstico;

Principais Elementos para debate:

- As causas da escalada das taxas de homicídios em Porto Alegre;
- A dinâmica da violência na adolescência. Especificidade do trabalho com este segmento. Medicalização do conflito;

- Situação do Sistema Prisional;
- Mundo do trabalho e sua relação com adolescentes e jovens com baixa escolaridade. Limites da qualificação profissional em decorrência da baixa escolarização. O desafio de manter um processo de escolarização e a conciliação com a rotina de trabalho de um Empreendimento de Economia Solidária;
- Particularidades de projetos que atuam com o público adolescente e juvenil;

3. OS TERRITÓRIOS DE PAZ EM PORTO ALEGRE

Conforme informações da Prefeitura Municipal sobre o PRONASCI em Porto Alegre; a definição, os critérios e os indicadores utilizados para definição dos quatro Territórios de Paz seguiram o seguinte ritual: Em dezembro de 2007, a SMDHSU, órgão gestor da política municipal de segurança urbana, selecionou os locais de maior risco à violência letal e criminalidade em Porto Alegre para a implantação do Programa Territórios da Paz. As áreas de intervenção social do programa foram identificadas com base nos critérios de taxas de homicídios da população de 15 a 24 anos, percentual de adolescentes atendidos pelo Programa Municipal de Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. A definição dos bairros e regiões realizada pela SMDHSU teve a concordância da Brigada Militar e Polícia Civil de que representam as áreas de maior risco da cidade. O indicador utilizado internacionalmente para detectar os locais de maior incidência de violência letal foi utilizado pela SMDHSU para selecionar essas áreas: os óbitos causados por agressões com intenção determinada. Calcularam-se as taxas médias de homicídios registradas no período 2000-2006 por meio dos registros desagregados por bairros do Sistema de Informação da Mortalidade processados pela Secretaria Municipal de Saúde.

As ações do PRONASCI nos Territórios de Paz foram antecedidas do trabalho realizado pelo Centro de Estudos Contemporâneos (CESCON) que desenvolveu atividades de acompanhamento e fomento do PRONASCI. As principais atividades desenvolvidas nos territórios foram às reuniões de apresentação do PRONASCI nos FRJS - Fórum Regional de Justiça e Segurança; reuniões nas comunidades para informar dos projetos e ações que integram o PRONASCI e orientação sobre encaminhamentos de demandas.

4. O TERRITÓRIO DE PAZ RESTINGA

A comunidade da Restinga nasce a partir de diversos movimentos de ampliação da cidade e de um processo de modificação nos espaços centrais do município de Porto Alegre. A Restinga atualmente é constituída por mais de vinte comunidades, entre elas as

comunidades da Abolição, Barro Vermelho, Caixa D'Água e Chácara do Banco, localizadas na região da Restinga Velha e constituindo o Território de Paz da Restinga. Segundo dados do IBGE - Censo de 2000, o bairro possui mais de 53 mil habitantes, com área de 38,56 km², representa 8,10% da área do município, sendo sua densidade demográfica de 1.394,29 habitantes por km². A taxa de analfabetismo é de 6,0% e o rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 3,6 salários mínimos.

As ações do PRONASCI desenvolvidas no território de Paz da Restinga totalizam 5 projetos que são: PELC, Mulheres da Paz, Projeto e Economia Solidária na Prevenção à Violência. O Protejo está em processo de seleção de 280 jovens entre 15 e 29 anos e terá a gestão da FASC, sendo executado pela OSCIP ADESK Brasil. O projeto Mulheres da Paz envolve a atuação de 80 mulheres e será coordenado pela SDHSU. O PELC que terá sua gestão pela SME deverá envolver jovens do Território de Paz em atividades esportivas. O policiamento comunitário coordenado pela Secretaria Estadual de Segurança desenvolverá uma política de segurança de aproximação dos moradores do território.

Em abril de 2011 houve uma apresentação dos projetos no Seminário desenvolvido pelo Fórum Regional de Justiça e Segurança da Restinga, que teve como objetivo apresentar à comunidade as ações do PRONASCI, bem como estabelecer uma interface entre os projetos, promovendo a integralização das ações e o melhor desenvolvimento.

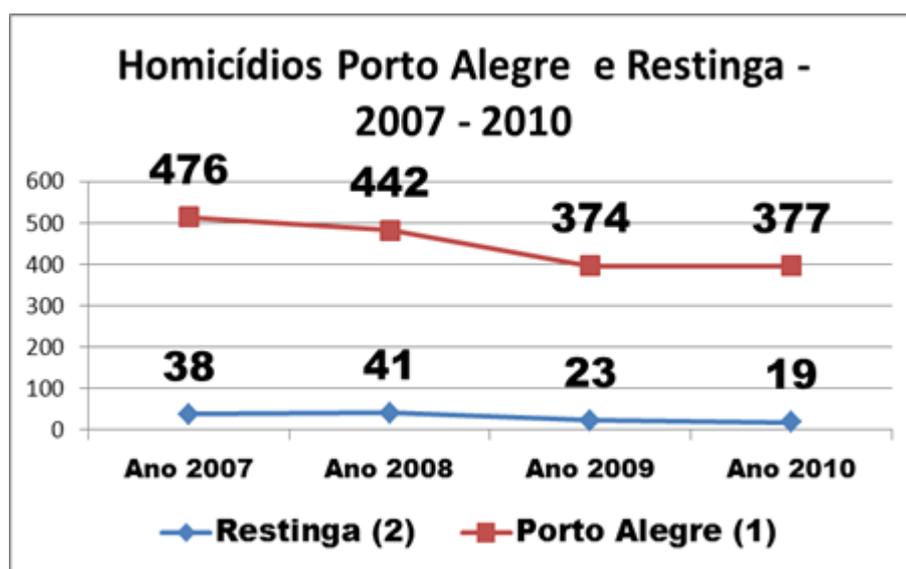
A seguir apresentamos projetos desenvolvidos pelo poder público e serviços instalados no Território: ACM Restinga Olímpica; Administrativo Regional – CAR Restinga; Centro de Referência de Assistência Social – CRAS; Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS; Conselho Tutelar Micro 7; UBS Quinta Unidade; UBS Restinga Velha; PSF Núcleo Esperança; PSF Chácara do Banco; EMEF Vereador Carlos Pessoa de Brum; EMEI Paulo Freire; EMEF Mario Quintana; EMEF Alberto Pasqualini; EMEF Dolores A. Caldas; EMEF Deputado Ludovino Fanton; EEEM José do Patrocínio; Entidade AMURT; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia; Tribunal de Justiça – Foro Restinga; 21º Batalhão de Polícia Militar.

Organizações sociais, comunitárias e projetos existentes no Território de Paz: Comunidade Abolição; Campo de Futebol Difusora; Centro de Promoção da Infância e da Juventude; Escola de Educação Infantil Nova Santa Rita; Salão do Reino das Testemunhas de Jeová; Igreja Evangélica Assembléia de Deus; Capela Comunidade Santo Antônio; Igreja Luterana; Igreja Universal do Reino de Deus; Igreja Adventista do 7º Dia; Creche Padre

Pedro Leonard; Complexo Esportivo Barro Vermelho; Escola Neo Humanista de Educação Infantil Ananda Marga; Cantinho da Criança Algodão Doce; Creche Barro Vermelho; Comunidade Caixa D'agua; Creche Renovar da Esperança; Associação Comunitária Núcleo Esperança; Escola Infantil Arco Iris; Comitê de Resistência Popular; Igreja Batista Nova Vida; Creche Palhaço Feliz; Igreja Universal do Reino de Deus; Igreja Nossa Senhora da Aparecida; Centro Social Padre Pedro Leonardi; Cozinha Comunitária; Associação de Moradores da Chácara do Banco; Creche Chacrinha; Associação de Mulheres Di Marias; Igreja Evangélica Assembleia de Deus; Centro de Umbanda da Ione; Associação Amigos Voluntários Casa da Sopa.

Restinga, como a maioria dos bairros da capital, tem crescimento urbano acelerado, problemas ambientais e sociais, comunidade em situação de risco, ocupação irregular de área, problemas de infraestrutura, saneamento, desemprego e exclusão social. A violência tem crescido devido à fragilidade da população. Segundo estudo realizado pelo Núcleo de Prevenção à Violência, Segurança e Direitos Humanos da Guayí, em 2009, na região Restinga, ocorreram 7% dos homicídios da capital, e em 2010, 6%. Ano passado, em Porto Alegre, ocorreram 26,9 homicídios por 100 mil habitantes e na Região Restinga ocorreram 35,4 homicídios por 100 mil habitantes.

A seguir apresentamos Gráfico com a evolução dos homicídios, conforme dados da SSP/RS e Núcleo de Prevenção à Violência, Segurança e Direitos Humanos/Guayí:



Fonte: Dados de Porto Alegre – SSP/RS
 Dados da Restinga – Estudo do Núcleo de Prevenção à Violência,
 Segurança e Direitos Humanos da Guayí

A Comunidade da Restinga é marcada por luta e mobilização social. Sua população está entre as que mais demandas oferecem ao Orçamento Participativo.

Percebemos ao longo de nossa atuação dentro da comunidade que a questão do transporte público é um problema grave e que afeta bastante a população desta região, visto que este transporte não dá conta da quantidade de pessoas que residem nesta região. É necessário a ampliação da educação de ensino médio e o ensino de jovens e adultos, tanto no que tange à educação básica – ensino fundamental e médio, bem como ações educacionais que permitam à população buscar um processo de formação mais técnico. Nesta área existe o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do RS, que está sendo ampliado, mas não dá conta da população do bairro. Na área da saúde a Restinga necessita de mais espaços de atendimento básico de saúde. Neste momento está sendo construído um Complexo do Hospital Moinhos de Vento, que irá atender a população da Restinga e do Extremo Sul, sendo em sua totalidade atendimento ao SUS. Este complexo terá também uma Escola Técnica na área da Saúde.